



UNIFEOB

CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS

ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO

GESTÃO DO RISCO NAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2021

UNIFEOB
CENTRO UNIVERSITÁRIO DA FUNDAÇÃO DE ENSINO
OCTÁVIO BASTOS
ESCOLA DE NEGÓCIOS ONLINE
CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PROJETO INTEGRADO
GESTÃO DO RISCO NAS PEQUENAS
PROPRIEDADES RURAIS

MÓDULO TÓPICOS CONTEMPORÂNEOS

GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCO – PROF. LUIZ
FERNANDO PANCINE

GESTÃO DE AGRIBUSINESS – PROF. DANILO MORAIS DOVAL

ESTUDANTES:

Ellen Marcondes RA 18001178

Gabriela Goulardins Simão RA 1012020100826

Letícia Serrano dos Santos RA 1012020100532

SÃO JOÃO DA BOA VISTA, SP

NOVEMBRO, 2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PROJETO INTEGRADO	5
2.1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS	5
2.1.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO	5
2.1.2 MATRIZ DE RISCO	5
2.2 GESTÃO DE AGRIBUSINESS	6
2.2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR	6
2.2.2 GESTÃO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS	6
2.2.3 GESTÃO DO RISCO PARA UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL	6
3. CONCLUSÃO	8
REFERÊNCIAS	9
ANEXOS	10

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo demonstrar uma análise sobre a gestão de risco para uma pequena propriedade rural. De acordo com o artigo 4, II, a, da Lei da Reforma Agrária (Lei 8.629/93) determina como pequena propriedade rural aquela com área alcançada entre um e quatro módulos fiscais, na qual cada módulo fiscal pode variar entre 5 e 110 hectares, a depender da área total do município.

O termo agribusiness foi criado em 1957 por John Davis e Ray Goldberg, professores da Universidade Harvard. Essa palavra, traduzida para a língua portuguesa, significa agronegócio. Naquela época, o setor agropecuário já se encontrava fortemente estabelecido a indústrias situadas a montante (fertilizantes, máquinas, agroquímicos, sementes entre outros) e o processamento e distribuição dele nos Estados Unidos.

O agronegócio é a combinação de diversas atividades que rodeiam de forma direta ou indireta, toda a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. O agro é considerado o setor que mais beneficia a economia do país. Além do mais, este setor é o responsável por movimentar bilhões anualmente, gerando empregos e impulsionando o mercado. Porém, analisando o Brasil individualmente, o agribusiness brasileiro tem muito a crescer para que o PIB chegue a 20% até 2024 segundo especialistas. E para que isso ocorra, vai ser necessário implantar algumas medidas como a controle de gastos, adesão de reformas, edificação das instituições públicas, desenvolvimento de novas políticas públicas, entre outras mudanças.

O agribusiness engloba toda a rede de produção no campo, desde o planejamento a tudo o que é produzido na aquicultura, agricultura e pecuária. Não deixa de ser menos significativo que a agroindústria gera novas oportunidades de mercado e agregue valor aos produtos.

No decorrer do trabalho vamos abordar análises, estudos e conclusões sobre alguns temas como a gestão de investimentos e riscos, o processo de gerenciamento de risco, a gestão de agribusiness, a agricultura familiar, e a gestão e gestão de riscos nas pequenas propriedades rurais.

O agronegócio está exposto e vulnerável a diversos fatores, como o clima, mercado, solo, praga agrícola, entre outros, que podem se tornar uma situação de risco por não ser sempre possível controlar. Por isso é imprescindível uma excelente gestão de risco.

A gestão de risco é uma fase de identificação e administração dos riscos existentes em um setor, ou mesmo atividade. A análise de risco combinada à gestão de agribusiness é uma das tarefas mais importantes para o sucesso do seu negócio, seja ele pequeno, médio, grande, uma fazenda ou agroindústria. Porque apesar de não conseguirmos controlar esses fatores, quando esses fatores de risco estão em nosso radar, já foram identificados, entendidos, já tomamos conhecimento sobre, encaramos, evitamos quando possível, e às vezes, podemos até mesmo utilizar algum fator de risco ao nosso favor, fazendo uma boa gestão.

2. PROJETO INTEGRADO

Neste tópico do Projeto Integrado, serão apresentados os aspectos relacionados à gestão das pequenas propriedades rurais e analisado o risco envolvido para esse tipo de negócio.

2.1 GESTÃO DE INVESTIMENTOS E RISCOS

O objetivo dessa parte do PI é realizar uma análise sobre a gestão de riscos, abordando os aspectos relacionados ao gerenciamento de risco, suas categorias e utilização da matriz de risco para auxiliar no processo decisório.

2.1.1 PROCESSO DE GERENCIAMENTO DE RISCO

O agronegócio está em constante transformação. Muitas tecnologias vêm surgindo, outras vão ficando para trás. Nolan (PWC, 2012) elencou os principais direcionadores do agronegócio mundial:

- Crescimento da população;
- Crescimento da urbanização;
- Crescimento e melhoria da distribuição da renda;
- Mudanças no padrão de consumo;
- Bioenergia;
- Sustentabilidade e segurança alimentar;
- Biotecnologia;
- Volatilidade dos preços.

Entre os direcionadores já conhecidos na literatura e que poderão causar grandes impactos no sistema agroalimentar destacam-se três: o aumento populacional, a crescente urbanização e a expansão da renda per capita.

A população mundial passará dos atuais 7,6 bilhões para mais de 8,6 bilhões até 2030. De acordo com alguns estudos, boa parte do aumento populacional ocorrerá nos países em desenvolvimento. O Brasil terá um crescimento da sua população até 2042, e

a partir desse ano se estima que a população deva atingir o chamado crescimento zero, e serão registradas taxas de crescimento negativas. Neste cenário a população brasileira é estimada em um total de 226 milhões de habitantes em 2050 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013; GUEDES; CAMPOS; TORRES, 2014).

Nas cidades, a população passará dos atuais 50% da população total para quase 70% em 2050 (GUEDES; CAMPOS; TORRES, 2014). O aumento da urbanização afetará significativamente a demanda futura de produtos agrícolas e agro energéticos.

De acordo com Guedes, Campos e Torres (2014) o Censo Populacional do IBGE de 2010 apontou que 86% da população de cerca de quase 200 milhões de brasileiros vivem nas cidades. Em 2030 esse volume chegará a 90%, e a 94% em 2050 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

O agronegócio também será influenciado por direcionadores de natureza econômica, como o aumento da renda per capita, principalmente em países emergentes (GUEDES; CAMPOS; TORRES, 2014). Estudos mostram mudanças significativas, com expansão do consumo de carnes, frutas e vegetais e, em menor quantidade, de alimentos básicos.

O aumento da renda per capita também levará a um aumento da demanda por produtos de maior qualidade, alimentos pré-cozidos e processados (GUEDES; CAMPOS; TORRES, 2014).

No lado da oferta, os direcionadores que mais se destacam são a tendência de redução da disponibilidade dos recursos água e terra agricultável; os avanços da ciência, da tecnologia e da inovação agropecuária também nas áreas de tecnologia da informação e da comunicação. Isso deverá ainda ser agravado por outros fatores, nos próximos anos, como: mudanças climáticas, degradação dos solos, crescente urbanização, uso industrial da água e utilização da terra para a produção de biocombustíveis (GUEDES; CAMPOS; TORRES, 2014).’

Crescimento da população

Até 2050 a população crescerá de 7 bilhões para 9 bilhões de habitantes. Até lá, deve dobrar o volume produzido de alimentos, ração e fibras. Além de produzir alimentos, as lavouras serão utilizadas para bioenergia e outros fins industriais. Nos próximos anos os desafios da agricultura estão relacionados com o fato de que na maior parte das regiões do mundo menos pessoas vivem da agricultura, e menos ainda serão agricultores (Tavares e Haberli, 2011, documento on-line).

Segundo a Organização das Nações Unidas (2013), o aumento da expectativa de vida e o avanço da biomedicina levará a um aumento da população mundial. Esse aumento agrava o problema da fome, e a desigualdade de renda trará grandes consequências, pois o grupo da população mais rica cresce menos que o grupo da população mais pobre. A produção global de grãos precisará crescer cerca de 70% nesse período. Mas, então como resolver isso: como produzir mais de maneira sustentável, considerando que os recursos naturais, como água e terra, são escassos? É preciso também considerar que estão ocorrendo mudanças climáticas, e cada vez mais é necessário agregar produtividade ao agronegócio e produzir muito mais alimentos sem destruir o que resta do patrimônio natural.

O agronegócio precisará investir cada vez mais em tecnologia e inovação. Nas últimas quatro décadas, a incorporação de novas técnicas agrícolas provocou um verdadeiro salto de eficiência no setor. Até os anos 1970, a produtividade média da soja era de menos de 2 toneladas por hectare; hoje, chega a 4,7 toneladas. “Se não fossem os fertilizantes, 40% da população mundial estaria passando fome.” (MARZOLA FILHO, 2013).

Segundo Marzola Filho (2013), “[...] de 1990 até 2013, o Brasil expandiu a área das lavouras em 37%; já a produtividade agrícola saltou 212%. Nesse mesmo período, a produção de carne de frango aumentou 475% e a de suínos, 250% [...]”. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Estadão (2017, documento on-line) no período de 2006 a 2010, o rendimento da agropecuária aumentou 4,28% ao ano no Brasil. O país foi seguido por China (3,25%), Chile (3,08%), Japão (2,86%), Argentina (2,7%), Indonésia (2,62%), Estados Unidos (1,93%) e México (1,46%).

De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o crescimento foi possibilitado pelo desenvolvimento de três tecnologias essenciais pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (BRASIL, 2017):

- Viabilização da segunda safra de verão (safrinha);
- Resistência genética às principais doenças;
- Plantio direto na palha.

O aumento da produtividade agrícola é a forma encontrada para suprir as necessidades crescentes de alimentos em todo o mundo. No período de 1975 a 2015, a taxa média de crescimento da produtividade agropecuária no Brasil foi de 3,58% (BRASIL, 2017).

Deslocamento do poder econômico global

A previsão do crescimento do Produto Interno Bruto das sete economias emergentes para 2050 (E7: Brasil, China, Rússia, Índia, Indonésia, México e Turquia), atingirá o dobro do valor do crescimento dos países do G7 (Estados Unidos, Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão e Reino Unido) (PWC, 2012).

O poder econômico desses países exigirá investimentos dos respectivos governos, para serem capazes de alimentar e nutrir seus cidadãos (PWC, 2012). Países que não produzem o suficiente em seus mercados, e precisam importar para atender suas populações, vão buscar investimentos nos países produtores para fazer parte da cadeia de valor alimentar.

Índia e Brasil compartilham estratégias de desenvolvimento muito similares: política de substituição de importações (SI) (1950-80) e liberalização a partir dos anos 1990. Na Índia, a responsabilidade fiscal facilitou a mudança de estratégia (inflação, juros) a intervenção do Estado foi mais ampla e duradoura, e encontrou novas oportunidades de crescimento (serviços de tecnologia da informação) (ALMEIDA, 2009).

O legado da substituição das importações garantiu uma massa crítica de capital

humano, tanto no país como no exterior; e o país teve um crescimento sem mistérios: elevadas taxas de investimento e poupança aliadas a um rápido crescimento da produtividade (ALMEIDA, 2009).

Em relação ao agronegócio, a Índia tem como meta aumentar as exportações de produtos agrícolas e também controlar as importações, permitindo a entrada de produtos não produzidos no país. O país é escasso em recursos hídricos, e o que possui solo fértil não é suficiente para produzir alimentos (AGROANALYSIS, 2008).

A sua produção agrícola é baseada em produtos de subsistência, os lotes de terras são distribuídos pelo governo, e não podem ser vendidos ou arrendados. Máquinas defasadas são usadas no o plantio e na colheita de produtos destinados à alimentação do dia a dia (AGROANALYSIS, 2008).

O governo indiano está preocupado com o aumento da renda da população, que passará a demandar mais alimentos. Para enfrentar este cenário o Ministério da Agricultura da Índia concederá mais subsídios para a compra de insumos agrícolas, como sementes, irrigação e plantio. Também incentivará a adoção de tecnologia por parte do produtor, com o objetivo de aumentar a produtividade, e continuará implementando o sistema de preços mínimos. Na cesta de produtos protegidos pelo preço mínimo estão os cereais para alimentação, feijão, açúcar e algodão (AGROANALYSIS, 2008).

Devido às questões religiosas, a carne de vaca não é consumida pela população indiana, mas a produção de carne de búfalo vem crescendo, sendo que cerca de um quarto de toda a produção é exportada. Os indianos também consomem carne de frango e peixes, mas os especialistas já preveem que no futuro a carne de vaca também será consumida, pois a nova geração não está seguindo os preceitos religiosos (AGROANALYSIS, 2008).

Urbanização acelerada

De acordo com a Organização das Nações Unidas (2013), mais de 50% da população mundial vivem em áreas urbanas, e estima-se que ocorra um aumento para

66%, em 2050. Segundo as estimativas, a urbanização associada ao crescimento da população mundial poderá deslocar mais de 2,5 bilhões de pessoas para as cidades, concentrando um crescimento de cerca de 90% concentrados na Ásia e África.

Segundo esse mesmo relatório da Organização das Nações Unidas (2013), em 2030 cerca de 9% da população mundial viverão em megacidades (áreas urbanas com 10 milhões de habitantes ou mais) localizadas nos continentes asiático, africano e também na América. No caso do Brasil, haverá duas megacidades, São Paulo e Rio de Janeiro, que concentram quase 38 milhões de pessoas. Na China, 300 milhões de pessoas se mudaram para as cidades e são necessárias modernas técnicas de produção agrícola, e também de logística para conseguir atender a população urbana (NATIONAL BUREAU OF STATISTICS OF CHINA, 2015).

Desinteresse do jovem em permanecer no campo

Segundo uma pesquisa realizada por Ferrari et al. (2004), os jovens que moram na zona rural não consideram a profissão de agricultor quando pensam em seus projetos de vida. As mulheres buscam trabalho fora da agricultura e querem encontrar na cidade a sua realização profissional (FERRARI et al., 2004). Este é um grande problema para o agronegócio, em escala mundial, e, no caso do Brasil, existe uma preocupação das cooperativas de produtores rurais em promover cursos de qualificação, que estimulem a permanência destes jovens no campo.

Biotechnologia

Segundo Nolan (PWC, 2012), para alimentar uma população mundial de 8,3 bilhões de pessoas, serão necessários 50% mais energia, 40% mais água e 35% mais alimentos. Para resolver este dilema causado pela escassez de recursos, as tecnologias agrícolas deverão ser capazes de proporcionar mais produção com menos recursos. O melhoramento genético de sementes seria uma alternativa, mas um dos desafios do agronegócio hoje é a aceitação dessas inovações. Há uma contínua resistência em relação às sementes transgênicas.

Sementes geneticamente modificadas (GM)

Hoje os transgênicos, ou as sementes geneticamente modificadas, são ferramentas fundamentais para a agricultura de commodities brasileira e mundial. De acordo com Paolinelli (2014), a pesquisa e o desenvolvimento de novas variedades GM mostram que novas culturas também podem se beneficiar dessa tecnologia, como a cana-de-açúcar e frutas cítricas.

A Embrapa desenvolveu um feijão transgênico resistente a uma praga que assola a produção dessa leguminosa em muitas regiões do mundo. No Brasil, a produção de feijão é caracterizada por significativa participação da agricultura familiar. Com esta semente à disposição, o produtor vai lançar mão de uma tecnologia de ponta para resolver questões agronômicas.

Urban Farm

A urbanização vai acelerar o crescimento da agricultura nas cidades (urban farm), mas também precisa melhorar os sistemas de distribuição de alimentos. Este novo sistema de produção necessitará de um número menor de trabalhadores, e estas fazendas verticais utilizarão 95% menos água e produzirão 75 vezes mais, que o modelo tradicional de produção.

A embalagem ativa é uma extensão da função de proteção de uma embalagem e é comumente usada para proteger contra oxigênio e umidade. Na embalagem inteligente, além da função de comunicação das embalagens tradicionais, ela informa o consumidor sobre mudanças externas ou internas no ambiente do produto e sobre seu próprio status.

Segundo o relatório apresentado pela empresa Smithers Pira (2017), o valor global do mercado de embalagens ativas deve crescer até 2021 a uma taxa anual de 4,9%, para 5,6 bilhões de dólares, enquanto que as embalagens inteligentes deverão crescer 18% ao ano, para quase 2 bilhões de dólares. A embalagem inteligente é um mercado dinâmico e com alto potencial de crescimento, pois está relacionada com desenvolvimentos em impressos eletrônicos, computação em nuvem e internet de coisas.

A crescente preocupação do consumidor em relação ao desperdício de alimentos e à segurança alimentar está sendo atendida por componentes ativos e inteligentes. A tecnologia ativa permite duplicar a vida útil efetiva de muitos produtos perecíveis, enquanto os pacotes inteligentes oferecem sinais claros sobre a condição do produto (SMITHERS PIRA, 2017).

O consumidor está preocupado com a origem e a qualidade dos alimentos e dos produtos, além de se preocupar em conhecer a postura das empresas em relação à responsabilidade social e ambiental (BRASIL FOOD TRENDS 2020, 2017).

Empreendedorismo e inovação

Schumpeter (1942) escreveu que "[...] o empreendedorismo é também a capacidade de agir sobre a oportunidade que a inovação e as descobertas criam [...]" e, para este economista, a inovação leva a uma evolução dos mercados. Ele trabalhou com o conceito de destruição criativa, pois qualquer mercado tem momentos de calma comparativa, quando as empresas que inovam e desenvolvem produtos diferenciados, conseguem sair na frente e obter lucros econômicos positivos.

Para Schumpeter (1942), esses períodos são classificados como choques que destroem as velhas fontes de vantagem e as substituem por novas, e os empresários que aproveitam essas oportunidades acabam criando lucros durante a próxima fase de calma. É preciso também compreender que toda inovação tem um ciclo particular que demanda estratégias específicas, importantes para o seu sucesso.

A inovação só se concretizará e terá sucesso se a sua proposta for bem estruturada, e precisa propor uma solução de um bem ou serviço demandado pela sociedade ou o mercado. Mas, a sua implementação precisa ser viável e deverá produzir os resultados esperados, que devem estar relacionados ao atendimento das necessidades do cliente, mas também devem garantir um retorno financeiro para o empreendedor.

É preciso garantir que estas condições sejam satisfeitas, pois muitas vezes ideias altamente inovadoras fracassam quando estão na fase inicial de implementação. Muitas

vezes elas não produzem resultados por não conseguir atender às necessidades reais do mercado, não possuir recursos financeiros para investimento, por problemas no relacionamento com o cliente e também pelo surgimento de outro produto inovador que o substituirá.

Os autores Gross e Ryan publicaram, em 1943, o *The diffusion of hybrid seed corn in two Iowa communities*, trabalho em que acompanharam a compra de sementes de milho híbrido por agricultores. Esse estudo mostrou que o processo de adoção da tecnologia teve início com um pequeno número de agricultores, que adotaram o milho híbrido logo após o seu lançamento. A partir desses agricultores, a inovação foi difundida para outros, sendo os vizinhos a fonte mais influente de informações sobre esta inovação.

Quando os agricultores viram e interagiram com os agricultores que adotaram o milho híbrido, resolveram adotá-lo também (STEPHENSON, 2003). No final da década de 50, Bohlen, Beal e Rogers (1957) evoluíram e propuseram o trabalho.

Segundo Bohlen, Beal e Rogers, o mercado da tecnologia crescerá até que se atinja 100%, e neste ponto haverá uma difusão da tecnologia, que será utilizada por todas as pessoas do grupo. Eles classificaram cinco tipos de consumidores responsáveis pelo crescimento do mercado da tecnologia:

1. Inovadores (Innovators, Technology Enthusiasts): considerados os primeiros clientes a adotarem uma tecnologia. Buscam emocionalmente o produto novo e inusitado, e gostam de dominar e explorar as funcionalidades do equipamento.

2. Adeptos Iniciais (Early Adpoters, Visionaries): querem adotar o produto que acreditam ser oportunidade de negócio, querem obter uma vantagem competitiva pelo pioneirismo.

3. Maioria Inicial (Pragmatists): são os pragmáticos na adoção da tecnologia, só utilizarão a tecnologia quando a sua utilidade for comprovada por boas referências.

4. Maioria Tardia (Conservatives): são os clientes conservadores, tradicionais e

exigentes e só resolvem investir na tecnologia quando são obrigados pelas circunstâncias, e quando correm o risco de ficarem defasados.

5. Retardatários (Laggards, Skeptics): são clientes muito mais exigentes e críticos em relação à tecnologia do que clientes potenciais.

Os clientes inovadores assumem um risco elevado, pois os preços iniciais ainda são altos e a tecnologia ainda não foi testada totalmente. O modelo proposto inicialmente por Ryan e Gross (1943) ficou mais conhecido da indústria devido à alteração, proposta por Moore (2014) em seu livro *Crossing the Chasm*.

A empresa inovadora precisa conhecer muito o ciclo de vida do seu produto ou serviço, pois todo produto passa por uma etapa de desenvolvimento e lançamento, crescimento, maturidade, declínio e “morte”. Para cada uma destas etapas, existe a necessidade de desenvolver estratégias que prolonguem o ciclo, buscando sempre maximizar os resultados que ele produziu (MOORE, 2014).

O autor detectou que muitas tecnologias conseguem conquistar os inovadores e os adotantes iniciais, mas não conseguiam evoluir e chegar à maturidade (fase em que os lucros são maiores) e acabavam saindo do mercado. Para esta lacuna foi dado o nome de “abismo”. A superação do abismo é fundamental para as empresas de inovação, pois exige a identificação das barreiras de adoção existentes, e a definição de estratégias para que estas barreiras sejam superadas.

Também é necessário despertar o desejo de consumo nos iniciantes. Existe a necessidade de uma revisão das estratégias, que na maioria dos casos devem ser adaptadas conforme a tecnologia avança e passa para o estágio seguinte (MOORE, 2014). Para o autor, a velocidade com que a inovação cruza este abismo é de extrema importância, pois em um ambiente tão dinâmico e competitivo, se o empreendedor não encontrar o “caminho certo” para cruzá-lo, ele acabará deixando o espaço para outra empresa.

Temos ainda como exemplo: Bioenergia, Sustentabilidade e segurança alimentar, Volatilidade dos preços.

2.1.2 MATRIZ DE RISCO

“O que é a matriz de risco?”

Chamada de matriz de probabilidade e impacto, trata-se de uma ferramenta de gerenciamento utilizada para identificar e determinar o tamanho de um risco e possibilitar as ações de impedimento ou controle.

Isso quer dizer que a ciência antecipada de um problema ajuda a criar medidas preventivas para gerar menor ou nenhum impacto. A matriz de risco é apresentada graficamente para facilitar a visualização e interpretação.

Com o uso do método, a empresa consegue acompanhar os projetos, priorizar e mapear os processos mais importantes, engajar as equipes para que executem as tarefas com mais atenção e tratar as ocorrências em estágio inicial, antes que se transformem em não conformidades.

O objetivo maior, além de evitar problemas, é criar a oportunidade de preparação para algo que não pode ser evitado ou que possa impactar diretamente nos custos e resultados da empresa — uma visão ampla ajuda a tomar decisões mais seguras.

Como funciona?

Neste caminho, existem dois critérios utilizados na matriz de risco que devem ser considerados para a identificação antecipada de um ou mais problemas e determinar o grau de ameaça que cada um apresenta.

Probabilidade — quais são as chances de algo não sair conforme o planejado?

Impacto — caso aconteça, qual será a consequência e a intensidade do ocorrido?

Vamos pensar em um exemplo prático — em uma fábrica de alimentos, há um risco de corrupção envolvendo o relacionamento com agentes fiscalizadores para obtenção de licenças. Caso a previsão seja confirmada, o impacto será enorme, com a possibilidade de aplicação de multas pesadas e a paralisação da operação, sem falar na

ampla mídia negativa alcançada com um escândalo dessa natureza.

Os critérios são dispostos em eixos (X,Y) sendo que a definição do nível dependerá da combinação entre a probabilidade e o impacto. Sendo assim, diversas situações podem ter níveis de criticidade classificados como baixo, médio e muito alto.

Dessa forma, com a aplicação da matriz de risco a gestão tem um percentual de ameaça, sobre o qual poderá desenvolver um plano de ação mais objetivo. Se existirem 50% ou mais de possibilidade de materialização de um risco importante, como aquele do exemplo, medidas de controle devem ser implementadas ou aprimoradas com celeridade.

É avaliação e posterior análise que torna a gestão mais eficiente e preventiva. Sabemos que sem uma medida corretiva a concretização do risco pode gerar prejuízos de imagem e financeiros, o que deve ser evitado por qualquer empresa.

Por que utilizar a matriz de risco na empresa?

O mais interessante da matriz de risco é que ela permite que cada empresa classifique as suas probabilidades e impactos de acordo com o cenário do momento, seja ele de influência interna ou externa.

A representação gráfica traz uma visualização ampla e real, fazendo com que o problema seja colocado no centro da mesa. Com a ciência do risco iminente, todas as ações de melhorias podem ser implementadas de forma confiável.

A matriz de risco trabalha bem próxima das variações e do quanto elas podem afetar o andamento das atividades, assim como as finanças da empresa. Se algo não caminha de acordo com o planejamento estratégico, com o uso da matriz é possível realizar ajustes em tempo hábil.

Quais são as criticidades do risco?

Quando falamos de risco, é inevitável não pensar em ameaça e prejuízo. Acontece que nem todas as probabilidades podem produzir um impacto passível de consequências mais graves. Se a missão da matriz é preventiva, como identificar as

prioridades?

O método consiste em dividir a probabilidade e o impacto em situação e pontuação, sendo:

Probabilidade

Improvável – 0

Pouco provável – 1

Possível – 2

Muito possível – 3

Impacto

Sem impacto – 0

Baixo impacto – 1

Médio impacto – 2

Alto impacto – 3

Como implementar a matriz de risco na empresa?

Será importante considerar alguns fatores antes de implementar a ferramenta. Isso porque você vai precisar de informações sobre a empresa e as possíveis ocorrências que tiveram algum impacto nela, antes de se considerar os riscos.

Veja alguns passos que pode seguir para implementar corretamente a matriz de risco na sua empresa.

Conheça bem a organização

Você conhece a sua empresa o suficiente para saber o que pode ou não ser um risco e gerar impacto nos resultados? A ideia da matriz é apontar essas ameaças, mas o ideal é que você já saiba por onde começar a fazer o mapeamento.

Por isso, ter informações sobre as dependências, os funcionários, as atividades desempenhadas ou qualquer dado que ajude a compor a matriz de risco, vai tornar o processo mais claro e rápido de ser concluído.

Avalie as normas

Veja as normas para saber se a empresa está em conformidade com a legislação, pois esse é um ponto importante de avaliação dentro da matriz. Caso alguma atividade ou processo esteja fugindo às regras, já se configura um risco com probabilidade de más consequências.

Mapeie os riscos

Faça um levantamento de tudo que pode ser considerado um risco para a empresa, tratando-se de gestão e operação. Mesmo que naquele momento a probabilidade de haver ameaças seja baixa, não deixe de considerar a análise dos riscos em conjunto com as outras ocorrências levantadas.

Realize as entrevistas

Antes de partir para um exame definitivo, ninguém melhor do que as pessoas que executam diariamente as atividades e circulam pela empresa, para ajudar a confirmar ou complementar o levantamento dos riscos mapeados.

Faça entrevistas com funcionários e prestadores de serviços, pois eles certamente podem ajudar com uma visão prática de situações complexas da rotina. Seja um processo mal planejado ou uma ameaça oculta

Crie a matriz de impacto e probabilidade

Depois de mapeados os riscos e realizadas as entrevistas, será o momento de criar a matriz com todas as probabilidades e ameaças existentes dentro da empresa. Nesse momento os dados serão comparados para definir a pontuação e o nível de cada situação.

Baseie-se no grau de risco inerente

Com base nos resultados, você terá condições de adotar as medidas adequadas de prevenção ou reparo, desde que sejam mais efetivas para evitar que o problema aconteça ou eliminá-lo de uma vez por todas.

Quais as consequências de não fazer a matriz de risco?

Não existe Programa de Compliance de prateleira. Para começar a construir algo efetivo, que verdadeiramente possa auxiliar a gerir os riscos com eficácia, é indispensável realizar o Compliance Risk Assessment e construir a matriz, para que sobre os riscos identificados sejam erguidos todos os demais pilares do programa.

Além disso, confiar totalmente no plano de negócio e no planejamento estratégico inicial é desconsiderar as interferências do mercado, das pessoas e da concorrência. O método serve para detectar ameaças reais ao negócio.

A empresa que utiliza a matriz de risco como uma ferramenta de gestão estará priorizando as práticas saudáveis e caminhando um passo à frente da concorrência — um comportamento essencial para quem deseja alcançar a vantagem competitiva.”

2.2 GESTÃO DE AGRIBUSINESS

A gestão nos empreendimentos rurais é de extrema importância, tendo em vista que os mesmos devem devolver suas atividades de maneira rentável, atendendo as exigências do mercado. Assim, para que se possa alcançar isto é necessário ter uma administração profissional com visão ampla e empresarial para ser aplicada uma gestão com melhores técnicas para aumentar a lucratividade, reduzir custos e trazer eficiência para as operações. Para que a pequena propriedade rural prospere é preciso que a mesma seja vista como uma empresa, no qual são adotados os critérios e princípios que lhe são pertinentes.

O sucesso do pequeno empreendimento rural está cada vez mais relacionado ao seu envolvimento com o ambiente de negócios e sua capacidade de explorar ao máximo seus recursos. Contudo, há grandes deficiências na gestão destas empresas devido à falta de controle, planejamento e organização, onde o maior problema entre os pequenos produtores rurais está na obtenção de informações de maneira rápida e prática, pois normalmente o produtor não acompanha a evolução do mercado e as alterações de hábitos de consumo. Com isso, ele trabalha a partir da sua atividade, como se esta estivesse separada dos demais segmentos.

Antigamente o domínio das técnicas agropecuárias era suficiente para manter a produtividade num nível aceitável, proporcionando uma lucratividade atraente ao produtor. Atualmente, com a abertura dos mercados e o acirramento da concorrência interna, a realidade é bem diferente. Já não basta só produzir, é necessário saber o que, como e quando produzir e principalmente, como e quando vender. Neste cenário, a gestão nas pequenas propriedades rurais é de suma importância, tendo em vista que as mesmas devem devolver suas atividades de maneira rentável, atendendo as exigências do mercado. Assim, para que se possa alcançar isto, faz-se necessária a aplicação de algumas ferramentas administrativas na gestão do negócio.

2.2.1 A AGRICULTURA FAMILIAR

A agricultura familiar no Brasil é de extrema importância, uma vez que esse modelo de produção é o principal responsável pelos alimentos que vão para as nossas mesas todos os dias. O manejo empregado na agricultura familiar produz alimentos variados e emprega diferentes características em relação ao solo e ao ecossistema. Ela é realizada por pessoas que têm a produtividade da terra como a sua principal fonte de sustento. Sendo assim, podemos definir a agricultura familiar como toda a forma de cultivo administrada por uma família, empregando como mão de obra os próprios membros desta família.

A produção de alimentos é feita em propriedades mais reduzidas em relação às grandes empresas do agronegócio e se destina à subsistência do trabalhador rural, bem como ao mercado interno do Brasil.

Esse modelo de produção, extremamente tradicional, diferencia-se do agronegócio pelo volume de produção e também pelo modelo de trabalho. Isso porque os grandes atores do agro costumam se especializar em um único gênero de alimentos, como a soja ou o milho, geralmente destinado à exportação e também à alimentação de animais para a pecuária. E é importante notar que a agricultura familiar costuma ser diretamente conectada ao agronegócio, principalmente em matérias jornalísticas. Isso porque os pequenos produtores rurais também fomentam o agronegócio. Portanto, os dois termos não são necessariamente opostos.

Conforme a Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, por meio do Instituto de Economia Agrícola (IEA), foi divulgado o Valor da Produção Agropecuária (VPA) regional de 2015, índice que permite constatar a evolução das diversas atividades agropecuárias e a distribuição de renda no Estado Paulista, nos 40 Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR). As informações provêm das estatísticas de produção e preços recebidos pelos produtores, obtidos de levantamentos realizados conjuntamente pelo IEA e pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), da Pasta. Nos resultados do Valor da Produção regional não estão incluídos os produtos florestais (R \$3,0 bilhões). Sendo assim o VPA regional totaliza R \$60,9 bilhões.

Na região de São João da Boa Vista o EDR apresentou o maior VPA do estudo, registrando um valor total de R \$2.946,80 milhões em 2015, superior aos R \$2.360,17 milhões constatados em 2014. Na região, o VPA da cana-de-açúcar teve a parcela mais significativa, de R\$ 563,35 milhões, seguido do café beneficiado, com R\$ 437,75 milhões; da batata, com R\$ 366,76; e das carnes de frango e bovina, que representaram R\$ 352,72 e R\$ 248,98 milhões, respectivamente. Os demais produtos totalizaram R \$977,24 milhões. O EDR de Barretos, que liderou o ranking em 2014, caiu para a segunda posição, com VPA de R \$2.915,83 milhões, correspondendo a 4,8% do valor total de R \$60,9 bilhões registrado no Estado em 2015. Nesta região, o ranking ficou da seguinte forma: cana-de-açúcar (R\$ 1.955,96 milhão), laranja para a indústria (R\$ 260,32 milhões); carne bovina, (R\$ 108,08 milhões); laranja para mesa, (R\$ 90,15 milhões); soja (R\$ 83,73 milhões). Os demais produtos da cesta agrícola totalizaram R \$417,60 milhões.

Apesar do VPA da cana-de-açúcar em São João da Boa Vista ocupar a primeira colocação, o produto encontra-se em um nível equilibrado referente aos VPAs dos outros quatro pesquisados. “O predomínio do VPA da cana-de-açúcar é discreto, mostrando uma distribuição mais equilibrada no que se refere à diversificação das atividades agropecuárias, ao passo que, entre os cinco produtos de maior VPA no EDR de Barretos, o da cana-de-açúcar responde por 67%”, diz o estudo concluído pelos pesquisadores José Roberto da Silva, Paulo José Coelho, Denise Viani Caser, Carlos Roberto Ferreira Bueno, Danton Leonel de Camargo Bini, Eder Pinatti e Eduardo Pires Castanho Filho.

O EDR de Itapeva, que em 2014 ocupava a oitava posição no ranking, com R \$2.018,2 milhões, alcançou a terceira posição em 2015, com VPA de R \$2.579,04 milhões. Nesta região, a cana-de-açúcar não aparece entre os produtos mais representativos, em termos de valor, e o ranking é composto por tomate para mesa (R\$ 697,30 milhões); soja (R\$ 681,98 milhões); carne bovina (R\$ 242,96 milhões); milho (R\$ 223,01 milhões); batata (R\$ 179,99 milhões) e demais produtos (R\$ 553,80 milhões).

Para o secretário de Agricultura e Abastecimento, Arnaldo Jardim, o estudo do IEA permite conhecer com maior profundidade o comportamento dos mercados para os

produtos e o desempenho das regiões paulistas. “Essas informações são fundamentais para formular análises econômicas e identificar o posicionamento dos diversos agentes envolvidos na produção agropecuária. Aproximar os institutos de pesquisa dos produtores para aumentar a produtividade é uma das determinações do governador Geraldo Alckmin”, enfatizou.

2.2.2 GESTÃO NAS PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS

A metodologia PDCA foi desenvolvida por Walter A. Shewhart, na década de 1930, e tornou-se mundialmente conhecida por meio de Willian Edwards Deming a partir da década de 1950. O ciclo PDCA foi empregado com sucesso nas empresas japonesas a fim de aumentar a qualidade de seus processos (GODINHO; CARVALHO, 2009). É uma ferramenta administrativa que foi adotada como referência nas avaliações de gestão, sendo considerada uma forma de exercer as funções administrativas (planejar, organizar, dirigir e controlar), de maneira cíclica, seguindo uma sequência de etapas (GODINHO; CARVALHO, 2009).

Etapa 1: P (planejar, do inglês plan)

As etapas básicas do planejamento são:

- Definição clara do objetivo a ser alcançado;
- Definição do resultado a ser atingido e do tempo que levará para atingi-lo;
- Definição dos meios utilizados para atingir esse objetivo e do método a ser seguido;
- Definição da equipe que desenvolverá o projeto.

Na etapa de planejamento, é preciso ter conhecimento do montante de capital a ser investido, de quais serão os processos de produção e das questões ambientais que precisam ser resolvidas. Além disso, é necessário saber se a empresa terá infraestrutura para suportar as mudanças pretendidas (GODINHO; CARVALHO, 2009).

Etapa 2: D (executar, do inglês do)

Nesta etapa, a ação será desenvolvida conforme o que foi decidido no planejamento, sendo necessário qualificar a equipe em relação ao objetivo proposto e à metodologia utilizada. Após a fase de qualificação da equipe, a ação será executada segundo a metodologia estabelecida. Para isso, é preciso coletar dados durante o processo para que eles sejam avaliados na próxima etapa (GODINHO; CARVALHO, 2009).

Etapa 3: C (verificar, do inglês check)

Nesta etapa, será realizada a verificação dos resultados da ação executada, sendo necessário comparar os resultados com os objetivos e as metas estabelecidos anteriormente. Caso a equipe não consiga atingir os objetivos, é preciso decidir se as ações continuarão sendo executadas conforme o padrão definido, mantendo os resultados, ou se será preciso redefinir os objetivos. Todos os problemas encontrados devem ser registrados e analisados na próxima etapa (GODINHO; CARVALHO, 2009).

A etapa de verificação é muito importante, pois é possível controlar o que acontece na propriedade rural e corrigir os erros encontrados. Segundo Godinho e Carvalho (2009), o controle deve ser baseado em quatro pontos:

- Indicadores de desempenho;
- Coleta e registro de dados;
- Checagem e adoção de medidas de manutenção;
- Melhorias ou corretivas.

Etapa 4: A (agir, do inglês action)

Nesta etapa, serão analisados os problemas reais ou potenciais identificados na etapa anterior, ou as oportunidades de melhorias. Como essa é a última etapa, podem ocorrer duas possibilidades: alcançar ou não o resultado esperado. Assim:

1. Se der tudo certo e o resultado for alcançado, é preciso incorporar a nova forma de trabalho nos processos cotidianos da propriedade, determinando assim um novo padrão a ser seguido.

2. Se não forem obtidos os resultados esperados, será necessário verificar se o padrão foi ou não seguido e corrigir o erro encontrado (GODINHO; CARVALHO, 2009).

2.2.3 GESTÃO DO RISCO PARA UMA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL

Diante de todos os estudos sobre o gerenciamento de risco e matriz de risco, e sobre a análise do mercado da agricultura familiar na região, percebemos que há basicamente três principais tipos de riscos na atividade rural: empresarial, climático e político. E a interação e sinergia entre eles, que jamais deve ser esquecida, ou subestimada.

Severidade do risco	Definição
Risco Muito Alto: Risco extremo e não controlável.	Risco Climático
Risco Alto: Necessidade especial de atenção.	Risco Político
Risco Médio: Controlável por meio de procedimentos e ferramentas.	Risco Empresarial

O Risco Empresarial começa pela decisão de “investir” e se estende pelos custos operacionais necessários ao longo dos anos, para ver o investimento inicial frutificar. A decisão de “investir” deve ser friamente analisada, pois acarreta inexoravelmente, além do investimento em si, os custos operacionais (ou custeio) decorrentes, onde uma decisão de investimento mal tomada, condena o empresário rural a ter de optar por uma de três atitudes, todas indesejáveis:

- Assumir o que se gastou até então como perdido, e abandona-se a atividade inviável.

- Persiste-se, para não perder os investimentos já feitos, mas a dificuldade financeira permanece, através de custos operacionais, o que pode levar a empresa a uma situação bem complicada.
- Recusa-se a ver a realidade, e tenta-se “salvar” o investimento feito através de ajustes, porém normalmente essa tentativa é em vão e não se torna viável.

É extremamente importante ter em mãos todos os números, dados e controles de fluxo de caixa da sua empresa para evitar que alguns destes fatos citados acima ocorram. Outro fato muito importante é analisar a vocação de sua região, em relação ao mercado, como também em função da logística de produção, transporte e armazenamento. Analise cuidadosamente o potencial agrônomo de sua propriedade, e se ela é adequada, inclusive quanto a ganhos por escala, à atividade pretendida.

O investimento de implantação é alto e cada vez mais as pragas que assolam a citricultura (CVC, cancro cítrico, “morte súbita”, etc.) requerem tratamentos culturais cada vez mais sofisticados, pontuais e caros. O investimento inicial sendo maior, assim como o custeio operacional da atividade, mais lenta será a amortização do capital investido. O produto laranja, por exemplo, só é estocável em forma de suco. Ao contrário de milho, soja ou boi, a laranja tem o momento exato para ser colhida e entregue. Falhas logísticas nesta área causam danos incalculáveis e nem sempre essas “falhas” são atribuíveis ao produtor. Para se evitar ou tangenciar as pragas, tem-se de adotar porta enxertos, e combinações destes com variedades (copas), que são muito susceptíveis a variações climáticas de uma forma geral e o clima, nos últimos anos não tem sido um componente confiável.

O Risco Climático é extremamente importante para os recursos naturais e de processos biológicos. Plantas, animais e microrganismos não se comportam com a precisão de máquinas. O clima não se repete da mesma forma de um ano para o outro e um solo fértil pode, com manejo equivocado, perder suas propriedades em alguns ciclos de produção. É uma atividade de risco. Atualmente, esses riscos são maiores pois se caracteriza pelo uso intensivo do capital. Pode ser gigantesco o prejuízo financeiro com uma seca inesperada, uma geada forte, uma quebra de safra ou uma baixa repentina nos preços.

Os resultados das atividades rurais estão relacionados à qualidade das diversas decisões dos agricultores, antes, durante e após o processo produtivo. São três as perguntas básicas: o que produzir, como produzir e para quem produzir. Os agricultores precisam decidir qual cultivo ou criação adotar, qual tecnologia empregar, qual a forma de financiamento e até mesmo que estratégia de comercialização adotar. Ao tomar essas decisões, os agricultores levam em conta, consciente ou inconscientemente, os riscos. A gestão do risco é inseparável da gestão da produção agrícola. Com a mudança do clima e o processo de intensificação dos sistemas produtivos, cada vez mais os sistemas de gestão de risco ganham importância nas diferentes cadeias produtivas da agricultura.

Atualmente, 75% dos alimentos do mundo são gerados a partir de 12 espécies de plantas e cinco espécies de animais. Isto torna o sistema alimentar global altamente suscetível aos riscos inerentes à atividade agrícola, como pragas e doenças em animais e plantas, problema agravado pelos efeitos da mudança do clima. Eventos climáticos podem determinar:

- Perdas relevantes na produção.
- Queda das exportações.
- Redução da ocupação direta e indireta.
- Maior volatilidade na produção e renda dos produtores.
- Elevação de preços para os consumidores.
- Insegurança alimentar.

O fato de a maior parte da produção nacional situar-se na faixa tropical demanda sofisticação nas práticas de gestão de risco. Considerando que a mudança do clima em âmbito global já é perceptível pela intensificação de estresses térmicos, hídricos e nutricionais nos sistemas produtivos, pode-se afirmar que a agricultura brasileira é uma ilha em um mar de riscos.

É comum lembrar de problemas climáticos quando se pensa em riscos da atividade agrícola, mas existe uma série de riscos associados, nem sempre evidentes, que precisam ser levados em consideração. Especialistas propõem a seguinte classificação de riscos:

- Riscos de produção.

- Riscos sanitários.
- Riscos de gestão dos recursos (em especial dos recursos naturais).
- Riscos de crédito e comercialização.
- Riscos relacionados ao mercado externo.
- Riscos decorrentes da infraestrutura.
- Riscos do ambiente institucional relacionados a direitos de propriedade mal definidos, mudanças nas regras de comércio e mudanças nas regras relacionadas à própria produção.

Um fator que está no topo dos riscos associados é a disponibilidade energética para os processos produtivos em todos os elos das cadeias agrícolas. É preciso ter energia para produzir e para escoar a produção. Atualmente, os combustíveis fósseis, como o petróleo, tem papel importante no setor, mas o cenário de mudanças do clima exige soluções sustentáveis

A energia renovável tem ganhado cada vez mais adeptos, mas ainda existem incertezas quanto à sua adoção e impacto em curto e médio prazo. É fundamental que se estabeleçam políticas públicas e programas para:

- Ações de pesquisa e desenvolvimento tecnológico relacionados às energias renováveis.
- Elaboração de modelos matemáticos para medir redução de emissões pela adoção de tecnologias mais sustentáveis.
- Investimentos em infraestrutura, inovações em transporte e escoamento.

Outro importante fator de risco é a dependência de importação de insumos, especialmente de fertilizantes. Desde a década de 1990, a privatização das indústrias estatais de fertilizantes e a facilitação da entrada de produtos importados, por meio de isenção de impostos, fez com que a produção nacional se tornasse muito inferior à demanda interna. Como consequência, a dependência em relação às importações vem aumentando ano após ano. Atualmente, mais de 70% do consumo total de fertilizantes na agricultura brasileira é suprido por importações.

Os fertilizantes respondem por mais de 40% do custo total de produção das principais culturas no Brasil. Há grande influência dos preços da matéria-prima

internacional, das commodities agrícolas e do petróleo na formação de preços desses insumos. É estratégico para o Brasil reduzir a dependência externa de fertilizantes e diminuir o impacto dos insumos no custo da produção agrícola. Isto exige planos estratégicos liderados pelo Estado brasileiro, com participação intensa do setor privado. Outro risco associado à intensificação produtiva brasileira é a chamada “ponte verde”. A sequência ininterrupta de cultivos tem favorecido doenças e pragas como a ferrugem da soja, a lagarta-do-cartucho do milho, a mosca-branca e a lagarta *Helicoverpa armigera*, com severas consequências econômicas e ambientais.

E por fim, os Riscos Políticos, onde a estratégia e a escolha das políticas são influenciadas por duas dimensões-chaves dos riscos: a probabilidade de ocorrência dos eventos e a severidade dos impactos. Com base nessas dimensões, é possível segmentar os riscos da seguinte forma:

- Riscos frequentes, os quais ocasionam perdas pequenas.
- Riscos cuja frequência e impacto não podem ser negligenciados e nem assumidos pelos próprios produtores, que buscam proteção via operações de mercado.
- Riscos que, mesmo tendo uma frequência pequena, geram grandes perdas e por isso são classificados como catastróficos. Estas perdas não podem ser assumidas pelos produtores e, portanto, justificam-se ações governamentais.

São as três as principais ferramentas de gestão:

Prevenção ou mitigação: visa reduzir a probabilidade de ocorrência de eventos adversos ou reduzir o impacto dos eventos. O zoneamento de áreas próprias para cultivo de determinadas culturas é um exemplo. Agricultores e agentes financeiros sabem que financiar algo não recomendado para determinada região é mais arriscado.

Transferência: visa diluir os efeitos econômicos negativos entre um grupo de atores. O seguro rural é um exemplo. Por meio dele, o produtor transfere uma despesa futura e incerta (dano), de valor elevado, por uma despesa antecipada e certa de valor relativamente menor. É como o seguro de um automóvel.

Enfrentamento ou resposta: objetiva aliviar os efeitos negativos provocados pela ocorrência dos eventos. Um bom exemplo é o Programa Garantia Safra, que disponibiliza um benefício em dinheiro para pequenos agricultores de municípios que sofrem com a perda de pelo menos 50% do conjunto das produções.

O Brasil já conta com uma série de políticas, programas e instrumentos de gestão de risco. Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF) e Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem (Moderinfra) são alguns exemplos.

Como ferramenta fundamental de apoio a praticamente todos esses instrumentos está o Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC). São indicadas datas ou períodos de plantio por cultura e por município, considerando as características do clima, o tipo de solo e o ciclo de cultivares, para evitar que adversidades climáticas coincidam com as fases mais sensíveis das culturas. São levados em consideração dados como precipitação, temperatura e consumo hídrico para garantir 80% de chance de êxito nas culturas analisadas.

3. CONCLUSÃO

Considerando os principais resultados obtidos neste trabalho, os desafios que encontramos e os estudos feitos no decorrer deste projeto sobre a gestão de risco para uma pequena propriedade rural. Em adicional, levando em conta o processo de gerenciamento ao risco, considerando os direcionadores mais relevantes do agronegócio mundial, conforme desenvolvemos uma análise neste projeto, vimos que os três mais prevalentes são o aumento populacional, a crescente urbanização e a expansão da renda per capita.

O aumento da população, impactará de uma forma bem significativa a demanda futura de produtos agrícolas e agro energéticos. Com o aumento da renda per capita, a tendência, conforme vimos, é que aumente o problema da fome e desigualdade, e como consequência a população reduza o consumo de alimentos básicos, como carnes, frutas e vegetais e também de alimentos pré-cozidos e processados.

Olhando pelos olhos de quem oferta, a tendência é a diminuição da disponibilidade dos recursos água e terra agricultável, que deve agravar-se num futuro próximo, ocorrendo mudanças climáticas, degradação dos solos, crescente urbanização. Por isso é de extrema importância e consciência da humanidade reunir responsabilidade de produtividade ao agronegócio, usando tecnologia e inovação, aumentando a produção de alimentos sem destruir o que resta do patrimônio natural. Para alguns países, a melhor estratégia é buscar investimento em países produtores para fazer parte da cadeia de valor alimentar.

Outro ponto estudado neste projeto, foi a matriz de probabilidade, também nomeada como matriz de risco, trata-se de uma ferramenta de gerenciamento que é usada para reconhecer e definir a dimensão de um risco e possibilitar as ações de impedimento ou controle. Isso quer dizer que a ciência antecipada de um problema ajuda a criar medidas preventivas para gerar menor ou nenhum impacto. A matriz de risco é apresentada graficamente para facilitar a visualização e interpretação, com isso todas as condutas de melhorias podem ser implementadas de forma transparente, por ser possível efetuar ajustes em tempo ágil.

De acordo com o material que pesquisamos e com as conclusões que chegamos, vimos sete passos para a implementação da matriz corretamente, como: conhecer bem a organização, avaliar as normas, mapear os riscos, realizar entrevistas, criar a matriz de impacto e probabilidade, basear-se no grau de risco inerente e entender as consequências de não fazer a matriz de risco. Todos esses fatores são fundamentais para o sucesso de uma empresa.

No desenvolvimento do trabalho, o grupo estudou sobre a metodologia PDCA, que é uma ferramenta administrativa que foi adquirida como referência nas avaliações de gestão, sendo considerada uma forma de planejar, organizar, dirigir e controlar, seguindo quatro etapas de planejamento, como: ter uma definição clara do objetivo a ser alcançada, definição do resultado a ser atingido e do tempo que levará para atingi-lo, definição dos meios utilizados para atingir esse objetivo e do método a ser seguido, e por fim a definição da equipe que desenvolverá o projeto.

Observamos também que na etapa de verificação é fundamental controlar o que acontece na propriedade rural e corrigir os erros encontrados. Levando em consideração os seguintes fatores: indicadores de desempenho, coleta e registro de dados, checagem e adoção de medidas de manutenção e as melhorias ou corretivas.

Por fim, depois de aprofundar nossos estudos e conhecimentos relacionados à gestão de risco em pequenas empresas rurais, e construirmos uma matriz de risco que nos possibilitou colocar em prática a gestão de uma pequena propriedade rural, concluímos que existem três principais tipos de riscos nas atividades rurais, sendo risco climático considerado o de maior risco por ser extremo e não controlável, o risco político apontado com gravidade alta por existir uma necessidade especial de atenção e o risco empresarial que é encarado como médio por ser controlável por meio de procedimentos e ferramentas.

REFERÊNCIAS

<https://lec.com.br/matriz-de-risco/> Acesso em 15/11/2021 as 11:36

Plataforma de estudo da UNIFEQB.

<http://www.iea.sp.gov.br/out/TerTexto.php?codTexto=14793>

Acesso em 19/11/2021 às 20:32

<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-joao-da-boa-vista.html>

Acesso em 19/11/2021 às 21:38

<https://blog.broto.com.br/agronegocio-e-agricultura-familiar/>

Acesso em 20/11/2021 às 18:35

ANEXOS

Essa parte está reservada para os anexos, caso houver, como figuras, organogramas, fotos etc.